RELATÓRIO DE GESTÃO

2020

Elaborado por:

TELMO PEREIRA
CONSULTORIA LDA

Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos artigos 65º. e 66º. do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório de gestão referente ao exercício de 2020.

1. Introdução.

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano. As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Neste enquadramento, projeta-se uma queda do PIB de 8,1% em 2020, seguida de um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023 (Quadro I.1.1). A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano. No restante horizonte de projeção, o principal contributo para o crescimento da atividade permanece associado à procura interna, mas este será progressivamente menor. Projeta-se uma trajetória de desaceleração para o consumo privado – em linha com a do rendimento disponível – e para a FBCF que, no entanto, deverá manter um crescimento relativamente forte. A expansão da atividade deverá continuar também sustentada no aumento das exportações mas o seu contributo para o crescimento do PIB no horizonte de projeção será inferior ao observado em média nos anos recentes, num quadro de menor dinamismo do comércio mundial (Gráfico I.1.1).

Quadro I.1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2020-23 | Taxa de variação anual em percentagem (excepto onde indicado)

	Pesos 2019	BE dezembro 2020					BE outubro 2020	BE junho 2020		
		2019	2020 (p)	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)	2020 (p)	2020 (p)	2021 (p)	2022 (p)
Produto Interno Bruto	100	2,2	-8,1	3,9	4,5	2,4	-8,1	-9,5	5,2	3,8
Consumo privado	63,9	2,4	-6,8	3,9	3,3	1,9	-6,2	-8,9	7,7	3,0
Consumo público	16,9	0,7	0,4	4,9	0,4	0,7	1,2	0,6	0,7	0,8
Formação bruta de capital fixo	18,2	5,4	-2,8	4,4	5,2	2,0	-4,7	-11,1	5,0	4,5
Procura interna	99,8	2,7	-5,6	3,9	3,1	1,8	-5,0	-8,2	6,0	2,9
Exportações	43,5	3,5	-20,1	9,2	12,9	6,7	-19,5	-25,3	11,5	11,2
Importações	43,3	4,7	-14,4	8,8	9,1	5,1	-12,4	-22,4	13,5	8,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) (a)										
Procura interna		1,5	-2,6	2,6	1,5	0,8	-2,6	-3,2	3,3	1,4
Exportações de bens		0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3	-0,9	-0,9	0,9	0,4
Exportações de serviços		0,5	-4,8	-0,2	2,6	1,3	-4,6	-5,3	1,0	2,0
Emprego (número de indivíduos) (b)		0,8	-2,3	0,0	1,3	0,9	-2,8	-4,5	2,0	1,5
Emprego (horas trabalhadas) (b)		1,2	-10,8	7,3	2,9	0,9	-10,8	-7,6	5,4	1,5
Taxa de desemprego (c)		6,5	7,2	8,8	8,1	7,4	7,5	10,1	8,9	7,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,9	-0,6	0,5	2,3	2,7	-0,6	0,3	0,3	0,3
Balança de bens e serviços (% PIB)		0,4	-1,6	-1,9	-0,5	0,1	-1,9	-0,5	-1,3	-0,5
Índice harmonizado de preços no consumidor		0,3	-0,2	0,3	0,9	1,1	0,0	0,1	0,8	1,1
Bens energéticos		-1,7	-5,3	-2,0	0,9	0,5	-4,9	-5,7	1,4	2,4
Excluindo bens energéticos		0,5	0,3	0,6	0,9	1,1	0,4	0,7	0,8	1,0

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a Caixa "Atualização dos conteúdos importados da procura global para a economia portuguesa" do *Boletim Económico* de março de 2019. (b) Conceito de Contas Nacionais. (c) Em percentagem da população ativa.

No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. No terceiro trimestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade, com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas.

A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais (Caixa 1). A projeção aponta para uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social.

Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expetativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. A deterioração da balança corrente e de capital decorre da evolução da balança de bens e serviços e, em particular, da redução do excedente dos serviços relacionados com o turismo. De 2021 a 2023, a balança corrente e de capital volta a apresentar um saldo positivo refletindo a melhoria da balança de bens e serviços e o aumento da entrada de fundos europeus, em particular do Next Generation EU (NGEU).

Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

Caixa 1 • Evolução da atividade económica no terceiro e quarto trimestres

A pandemia COVID-19 causou uma contração sem precedente da atividade na primeira metade de 2020 (queda acumulada de 17,3% face ao final de 2019). O levantamento gradual das medidas de contenção a partir de maio e o forte suporte das políticas públicas contribuíram para uma recuperação rápida no terceiro trimestre (variação em cadeia de 13,3%). O agravamento da situação sanitária em Portugal no quarto trimestre exigiu a implementação de medidas adicionais de controlo da pandemia, interrompendo a dinâmica de recuperação económica.

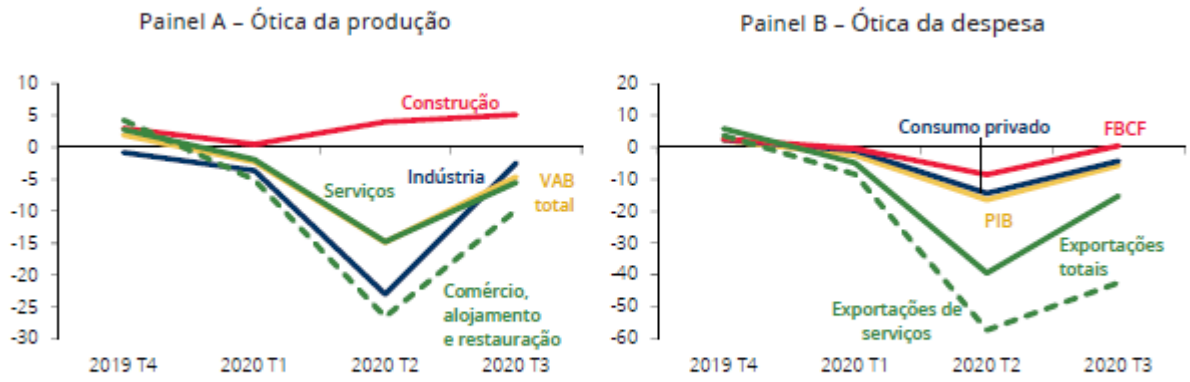
As medidas de contenção introduzidas no quarto trimestre são seletivas, evitando assim um confinamento generalizado como o decretado entre março e abril. As medidas são mais severas nos concelhos mais afetados pela pandemia, incluindo a imposição de teletrabalho obrigatório e o recolher obrigatório entre as 23 horas e as 5 horas (com restrições de circulação mais apertadas aos fins de semana e feriados). A manutenção em funcionamento das escolas e creches é uma das maiores diferenças face ao período de estado de emergência anterior, mitigando o impacto na economia.

O choque pandémico implicou uma queda mais acentuada nos subsetores dos serviços que envolvem contactos pessoais. A heterogeneidade manteve-se na recuperação, acentuando algumas das diferenças (Gráfico C1.1 – Painel A). No terceiro trimestre, o VAB da indústria aproximou-se dos níveis pré-crise (variação homóloga de -2,4%, após -23% no segundo trimestre) e a construção manteve uma tendência de crescimento, com um aumento de 5,1%, após 4% no trimestre anterior. Em contraste, a recuperação dos subsetores dos serviços mais

condicionados pela necessidade de distanciamento social (comércio, alojamento e restauração) foi mais lenta, situando-se 9,8% abaixo do nível homólogo, após -26,5% no segundo trimestre.

A pandemia também afetou de forma diferenciada as componentes da despesa no terceiro trimestre (Gráfico C1.1 – Painel B). O consumo privado reduziu-se 4,3% em termos homólogos após, -14,4% no segundo trimestre. Esta recuperação reflete a realização de compras adiadas, em particular de bens duradouros, e a retoma mais gradual do consumo de serviços e bens não duradouros não alimentares. A FBCF registou no terceiro trimestre um crescimento ligeiro de 0,5%, após uma queda de 8,5% no trimestre anterior, beneficiando do crescimento robusto do investimento em construção e da recuperação do investimento em máquinas e material de transporte. As exportações diminuíram 15,2% (-39,4% no segundo trimestre), mas o perfil de recuperação foi distinto entre bens e serviços. As exportações de bens aumentaram 1,5% em termos homólogos (-28,9% no segundo trimestre), refletindo em particular a componente de bens de equipamento. Em contraste, as exportações de serviços apresentaram uma recuperação limitada, reduzindo-se 42,4%, após -57,3% no trimestre anterior.

Gráfico C1.1 • Evolução da atividade económica no período recente | Taxa de variação homóloga



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: A série das exportações de serviços apresentada no gráfico da direita difere da publicada pelo INE por considerar a totalidade das exportações de turismo (bens e serviços). Data de fecho dos dados a 30 de novembro de 2020.

Quadro C3.1 • Procura externa dirigida à economia portuguesa e PIB em Portugal – cenário base e cenários alternativos | Taxa de variação anual em percentagem

	2020	2021	2022	2023
Procura externa				
Cenário base	-12,6	7,1	5,6	3,7
Cenário moderado	-12,2	11,5	5,4	4,0
Cenário severo	-13,3	1,1	4,5	5,6
PIB em Portugal				
Cenário base	-8,1	3,9	4,5	2,4
Cenário moderado	-8,0	5,9	4,8	2,0
Cenário severo	-8,2	1,3	3,1	2,4

Fonte: Eurosistema e Banco de Portugal.

Considerações finais

O choque pandémico teve efeitos no cabaz consumido pelas famílias portuguesas. De acordo com dados de compras com cartões, o consumo de bens alimentares aumentou durante o período mais crítico da pandemia (26,1%, em média, no período de março a maio). Os bens duradouros – que pela sua natureza permitem que a sua aquisição possa ser mais facilmente adiada – registaram uma redução acentuada mas também uma recuperação marcada (variações de -35,4% em abril e 17,1% em setembro). Nos setores de serviços, que requerem interação social e para os quais é difícil a substituição intertemporal do consumo, a despesa caiu fortemente e a recuperação tem sido lenta (quedas de 59% em abril e 8,6% em setembro).

Em termos regionais, o impacto do choque foi superior na Área Metropolitana de Lisboa, onde se registou uma maior queda inicial e uma menor recuperação subsequente (reduções de 41,7% e 5,2% em abril e setembro, respetivamente, que comparam com variações de -33,4% e 1,9% nos mesmos meses para o total nacional). Recorde-se que as medidas de contenção se mantiveram mais restritivas por um período mais longo nesta região e que o peso do setor de serviços é superior ao das restantes regiões. A evidência mostra também que os municípios de maior rendimento apresentaram uma evolução mais desfavorável do que os restantes.

Uma análise económica interessante é a que decorre dos diferentes grupos de consumidores. A redução da despesa foi mais acentuada no grupo de consumo mais alto e a recuperação subsequente mais lenta (variações de -35,9% e -0,4%, respetivamente, em abril e setembro), o que deverá estar associado a receios com a doença e ao teletrabalho mais frequente, conjugados com a estrutura de consumo deste grupo. O aumento significativo da poupança agregada no segundo trimestre terá estado associado a este grupo de consumidores, que tradicionalmente concentra a maior parte da poupança das famílias. Tal sugere que as razões associadas à perda de rendimento não serão as mais relevantes para explicar a redução do consumo agregado. No grupo de consumo mais baixo, o menor impacto do choque sobre a despesa com cartões (variações de -21,8% e 8,8%, respetivamente, em abril e setembro) reflete, por um lado, um maior peso dos bens essenciais e, por outro, uma evolução mais favorável da despesa deste grupo, em particular em bens duradouros. Tal aponta para a eficácia das medidas de proteção do rendimento e de apoio às famílias mais vulneráveis no período recente.

Em termos prospetivos, uma recuperação sustentada do consumo privado requer uma solução médica para a doença, que permita restaurar a confiança, mas também a manutenção de medidas de apoio aos grupos mais expostos aos danos económicos do choque. As perspetivas setoriais e regionais para a atividade deverão permanecer diferenciadas até a pandemia estar controlada, o que aconselha uma abordagem direcionada nas políticas de apoio às empresas e às famílias.

2. Evolução da Gestão.

2.1. Condições de mercado.

Num contexto desfavorável, nomeadamente no que concerne aos constantes atrasos nos recebimentos sobretudo por parte das Instituições do Sector Publico Estatal, que tem provocado importantes e dramáticas situações de defice a AHBVV, tem mantido integra a sua missão de socorro.

2.2. Rendimentos, Gastos e Resultados.

Os Resultados Líquidos do exercício mantiveram-se positivos apesar de todas as contrariedades.
Os Resultados Operacionais mantêm valores confortáveis e se contabilizarmos sem as depreciações então o seu valor fica ainda mais expressivo, os gastos com o pessoal cresceram cerca de 33%, fruto dos vários ajustamentos do salário mínimo nacional bem como atualizações legalmente exigidas.

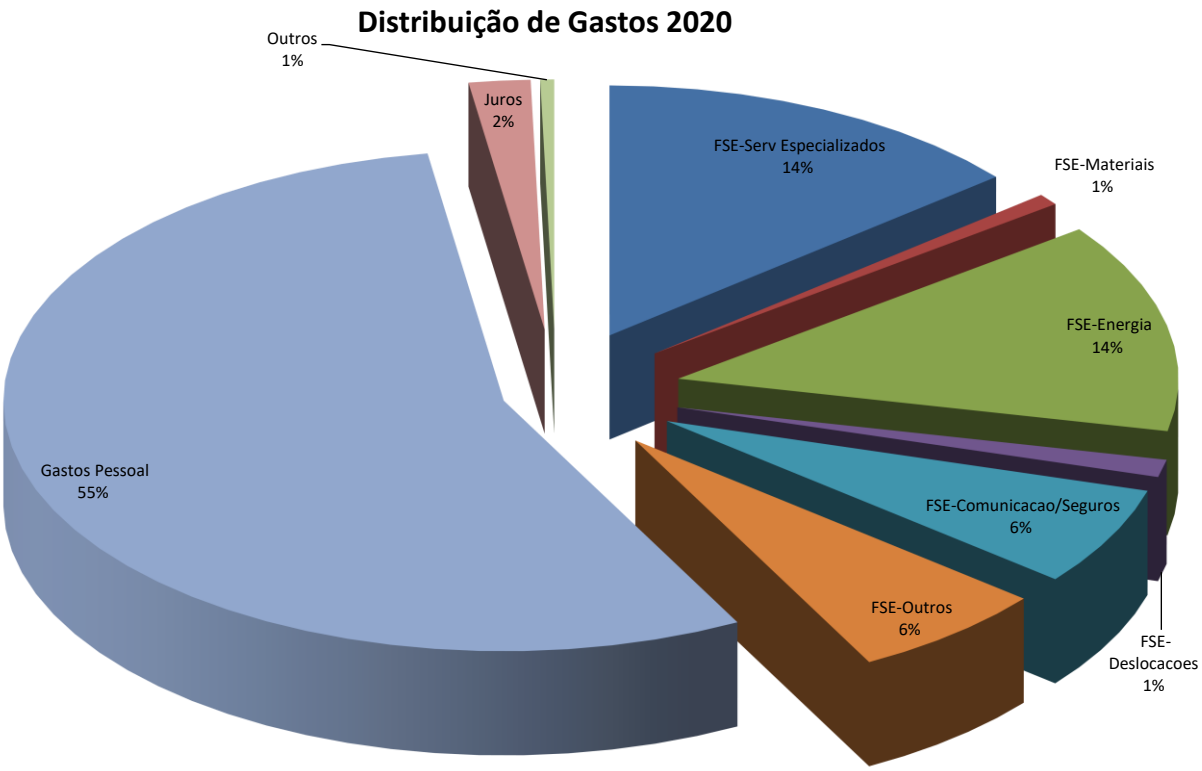
COMPARATIVO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DESCRIÇÃO	2020		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	408 788,62		410 012,82		(1 224,20)	-0,3%
Subsídios à Exploração	281 519,68		261 321,89		20 197,79	7,7%
Custo das Mercadorias						
Fornecimentos e Serviços Externos	(314 424,19)	76,9%	(324 573,99)	79,4%	(10 149,80)	-3,1%
Gastos com o Pessoal	(411 266,04)	100,6%	(396 417,14)	97,0%	14 848,90	3,7%
Outros Rendimentos e Ganhos	138 237,38		131 974,25		6 263,13	4,7%
Outros Gastos e Perdas	(3 332,94)	0,8%	(3 609,79)	0,9%	(276,85)	-7,7%
Margem Bruta	**408 788,62**	**100,0%**	**410 012,82**	**100,0%**	**-1 224,20**	**-0,3%**
Resultados Operacional S/ Depreciações	**99 522,51**		**78 708,04**		**20 814,47**	**26,4%**
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(80 655,29)	19,7%	(60 723,95)	14,9%	(19 931,34)	-32,8%
Resultado Operacional	**18 867,22**		**17 984,09**		**883,13**	**4,9%**
Juros e Rendimentos Similares Obtidos						
Juros e Gastos Similares Suportados	(14 797,33)	3,6%	(10 889,17)	2,7%	(3 908,16)	-35,9%
Resultado Antes de Impostos	**4 069,89**	**1,0%**	**7 094,92**	**1,7%**	**(3 025,03)**	**-42,6%**
Imposto sobre o Rendimento do Período						
Resultado Líquido do Período	**4 069,89**	**1,0%**	**7 094,92**	**1,7%**	**(3 025,03)**	**-42,6%**

Analise aos Gastos.

Relativamente aos gastos, apresentamos um quadro resumo com o comparativo das principais rubricas.

Gastos	Valores			
	2020	2019	Var	%
Fornecimentos e serviços externos	314 424,19 €	324 573,99 €	-10 149,80 €	-3,23%
Gastos com o pessoal	411 266,04 €	396 417,14 €	14 848,90 €	3,61%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	80 655,29 €	60 723,95 €	19 931,34 €	24,71%
Outros gastos e perdas	3 332,94 €	3 609,79 €	-276,85 €	-8,31%
Juros e gastos similares suportados	14 797,33 €	10 889,17 €	3 908,16 €	26,41%
TOTAL	**824 475,79 €**	**796 214,04 €**	**28 261,75 €**	**3,43%**

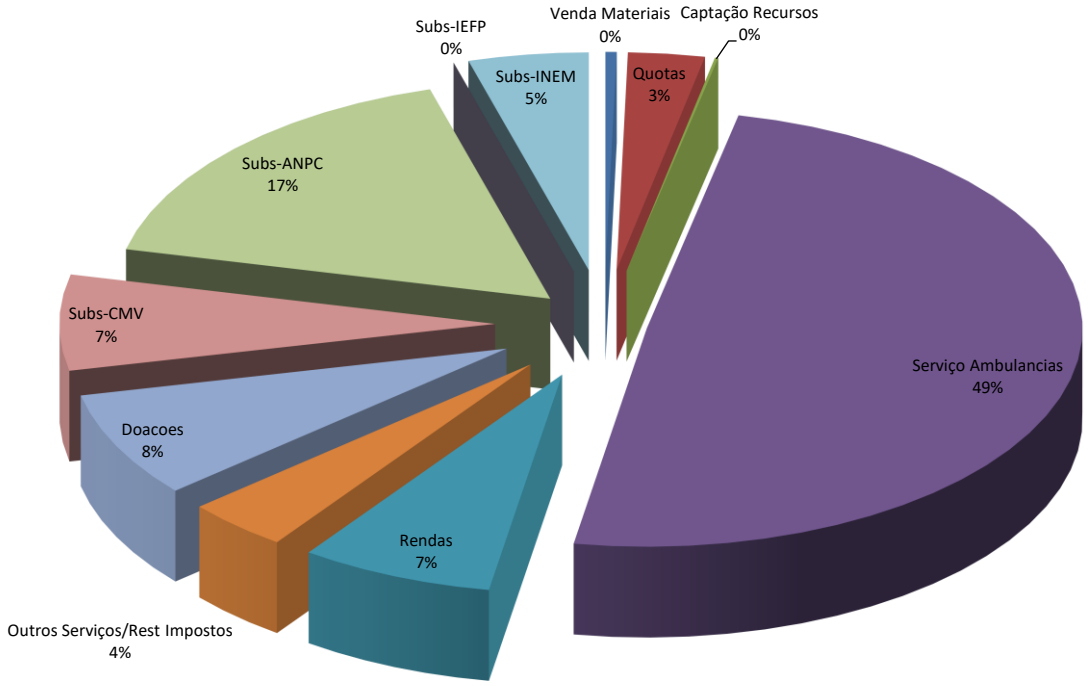


Analise aos Rendimentos.

Relativamente aos rendimentos, apresentamos um quadro resumo com o comparativo das principais rubricas.

Rendimentos	Valores			
	2020	2019	Var	%
Vendas e serviços prestados	408 788,62 €	410 012,82 €	-1 224,20 €	-0,30%
Subsídios, doações e legados à exploração	281 519,68 €	261 321,89 €	20 197,79 €	7,17%
Outros rendimentos e ganhos	138 237,38 €	131 974,25 €	6 263,13 €	4,53%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
TOTAL	**828 545,68 €**	**803 308,96 €**	**25 236,72 €**	**3,05%**

Distribuição do Rendimento 2020



2.3. Evolução previsível da Instituição.

Face ao cenário macro económico esperado para o corrente ano é expectável que se continuem a verificar muitas dificuldades de tesouraria, mas que a AHBVV vai certamente continuar a desempenhar o seu papel e a manter o crescimento da sua faturação.

3. Outras referencias exigidas pelo Código das Sociedades Comerciais.

Os itens referidos no Código e aqui não explicitados, correspondem a situações não aplicáveis a esta empresa.

Nos termos do Art. 21º do Decreto Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, declara-se que não existem dividas em mora à Segurança Social, como aliás não existem ao Estado ou outros entes públicos.

4. Proposta de aplicação de resultados.

Em relação ao resultado obtido no exercício, propomos a seguinte aplicação:

Descrição	Valor
Reservas Legais	
Resrvas Livres	4 069,89 €
Gratificação Orgãos Sociais	
Gratificação Pessoal	
Manutenção em Resultados Transitados	
Resultado Liquido	**4 069,89 €**

5. Considerações Finais.

Gostaríamos de terminar com agradecimento a várias entidades e instituições que connosco colaboraram, nos dispensaram atenções, e que de alguma forma, nos ajudaram a conseguir os objectivos a que nos propusemos:

Aos nossos estimados clientes;

Aos nossos estimados fornecedores;

A todas as entidades oficiais, bancos e restantes fornecedores e instituições;

A todos os colaboradores, pela dedicação e empenhamento demonstrado.

Viseu, 20 de Março de 2021

O Orgão de Gestão

António Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente

Lúcio Manuel Soeiro Marinho Campos – Vice Presidente

Luís Agostinho Laginhas Vieira – Vice Presidente

Balanço

Demostração de Resultados

BALANÇO

31 de Dezembro 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 2020	Datas 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1 186 368,80	1 167 068,46
Investimentos financeiros		500,00	
Subtotal		**1 186 868,80**	**1 167 068,46**
Activo corrente			
Clientes		113 505,39	101 302,47
Outras contas a receber		41 653,10	15 718,30
Diferimentos		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		16 714,71	18 462,41
Subtotal		**171 873,20**	**135 483,18**
Total do activo		**1 358 742,00**	**1 302 551,64**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		142 299,01	135 204,09
Outras variações nos fundos patrimoniais		685 528,73	738 139,23
Resultado Líquido do período		4 069,89	7 094,92
Total do fundo do capital		**831 897,63**	**880 438,24**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		91 698,97	149 727,21
		91 698,97	149 727,21
Passivo corrente			
Fornecedores		163 096,32	113 585,01
Estado e outros Entes Públicos		21 465,04	10 411,49
Financiamentos obtidos		247 509,37	145 416,02
Outras contas a pagar		3 074,67	2 973,67
		435 145,40	**272 386,19**
Total do passivo		**526 844,37**	**422 113,40**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**1 358 742,00**	**1 302 551,64**

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Direcção

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente
Lucio Manuel Soeiro Marinho Campos - VP
Luis Agostinho Laginhas Vieira - VP

Assinado por: **JOAQUIM TELMO DOS SANTOS PEREIRA**
Num. de Identificação: 084638494
Data: 2021.03.24 10:53:15+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 17265.**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		408 788,62	410 012,82
Subsídios, doações e legados à exploração		281 519,68	261 321,89
Fornecimentos e serviços externos		(314 424,19)	(324 573,99)
Gastos com o pessoal		(411 266,04)	(396 417,14)
Outros rendimentos e ganhos		138 237,38	131 974,25
Outros gastos e perdas		(3 332,94)	(3 609,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		99 522,51	78 708,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(80 655,29)	(60 723,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 867,22	17 984,09
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(14 797,33)	(10 889,17)
Resultados antes de impostos		4 069,89	7 094,92
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		4 069,89	7 094,92

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Direcção

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente
Lucio Manuel Soeiro Marinho Campos - VP
Luis Agostinho Laginhas Vieira - VP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		396 585,70	459 469,78
Recebimento de subsídios		281 519,68	261 321,89
Recebimento de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		294 579,62	351 922,63
Pagamentos ao pessoal		400 212,49	396 417,14
Caixa gerada pelas operações		-16 686,73	-27 548,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		85 626,88	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		68 940,15	-27 548,10
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		99 955,63	75 245,30
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			20 000,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-99 955,63	-55 245,30
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		86 507,18	169 861,95
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		42 442,07	96 015,52
Juros e gastos similares		14 797,33	10 889,17
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		29 267,78	62 957,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 747,70	-19 836,14
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		18 462,41	38 298,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		16 714,71	18 462,41

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Direcção

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente
Lucio Manuel Soeiro Marinho Campos - VP
Luis Agostinho Laginhas Vieira - VP

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

31 de Dezembro 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6		0,00 €	0,00 €	0,00 €	135 204,09 €	0,00 €	0,00 €	738 139,23 €	7 094,92 €	880 438,24 €	0,00 €	880 438,24 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico											0,00 €		0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas											0,00 €		0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00 €		0,00 €
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											0,00 €		0,00 €
Excedentes de realização do excedente de reval de activos											0,00 €		0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00 €		0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						7 094,92 €			-52 610,50 €	-7 094,92 €	-52 610,50 €		-52 610,50 €
	7		0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 094,92 €	0,00 €	0,00 €	-52 610,50 €	-7 094,92 €	-52 610,50 €	0,00 €	-52 610,50 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8									4 069,89 €	4 069,89 €		4 069,89 €
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8									4 069,89 €			4 069,89 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados											0,00 €		0,00 €
Outras operações													
	10		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6+7+8+10		0,00 €	0,00 €	0,00 €	142 299,01 €	0,00 €	0,00 €	685 528,73 €	4 069,89 €	831 897,63 €	0,00 €	831 897,63 €

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Direcção

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente
Lucio Manuel Soeiro Marinho Campos - VP
Luis Agostinho Laginhas Vieira - VP

Anexo

1. Identificação da Entidade.

1.1.Designação da entidade.

A AHBVV-Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Viseu, é uma instituição de utilidade publica administrativa sem fins lucrativos, fundada em 25 de Março de 1886.

1.2. Sede.

Rua Jose Branquinho
3510-001 VISEU

Quartel
Quinta da Ribeira
3505-567 VISEU

1.3. Natureza da actividade.

Código CAE (Rev. 3): **84 250**
Actividades de protecção civil.

Objectivos principais:
1. - A Associação tem como fim principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários, ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros.

2.- Sem prejuízo do seu objectivo principal, a Associação pode desenvolver outras actividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que legais e permitidas por deliberação da Assembleia Geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o principio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Activos Financeiros registados na rubrica "Outros Instrumentos Financeiros – Activos Financeiros".

Foi igualmente aplicado o valor realizável líquido na rubrica de inventários.

3.2 Outras políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-PE. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidencia objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

4.1 A natureza da alteração na política contabilística.

Não aplicável.

4.2 A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos.

Não aplicável.

4.3 A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável.

Não aplicável.

4.4 As razões pelas quais a aplicação da nova politica contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntaria.

Não aplicável.

5. Activos fixos tangíveis.

5.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados.

A - Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o principio da especialização dos exercícios.

B – Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

C – As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as taxas constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

D – A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no inicio e no fim do período.

RUBRICAS	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificios e Outras Construções	1 374 066,38	(464 011,53)	910 054,85	1 374 066,38	(497 208,84)	876 857,54
Equipamento Básico	605 212,15	(414 473,33)	190 738,82	688 116,22	(456 947,57)	231 168,65
Equipamento de Transporte	4 000,00	(2 500,00)	1 500,00	4 000,00	(3 000,00)	1 000,00
Equipamento Administrativo	53 855,98	(50 052,58)	3 803,40	53 855,98	(51 320,41)	2 535,57
Equipamento Biologico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangiveis	32 194,84	(6 712,52)	25 482,32	49 246,40	(9 928,43)	39 317,97
Investimentos em Curso	35 489,07	0,00	35 489,07	35 489,07	0,00	35 489,07
TOTAL	**2 104 818,42**	**(937 749,96)**	**1 167 068,46**	**2 204 774,05**	**(1 018 405,25)**	**1 186 368,80**

E – Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Revalorizaç.	Alienações	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Transf.	Quantia Escriturada Final
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Edificios e Outras Construções	910 054,85	0,00	0,00	0,00	(33 197,31)	0,00	0,00	0,00	**876 857,54**
Equipamento Básico	190 738,82	82 904,07	0,00	0,00	(42 474,24)	0,00	0,00	0,00	**231 168,65**
Equipamento de Transporte	1 500,00	0,00	0,00	0,00	(500,00)	0,00	0,00	0,00	**1 000,00**
Equipamento Administrativo	3 803,40	0,00	0,00	0,00	(1 267,83)	0,00	0,00	0,00	**2 535,57**
Equipamento Biologico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Outros Activos Fixos Tangiveis	25 482,32	17 051,56	0,00	0,00	(3 215,91)	0,00	0,00	0,00	**39 317,97**
Investimentos em Curso	35 489,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**35 489,07**
TOTAL	**1 167 068,46**	**99 955,63**	**0,00**	**0,00**	**(80 655,29)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 186 368,80**

5.2 Outras informações sobre os activos fixos tangíveis.

A – A existência e quantias de restrições de titularidade e activos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

B – A quantia de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis.

Não aplicável.

5.3 Itens do activo fixam tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

A – A data da eficácia da revalorização.

Não aplicável.

B – Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Não aplicável.

6. Activos fixos intangíveis.

6.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados.

A – Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas.

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos intangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o principio da especialização dos exercícios.

B – Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas.

As depreciações dos activos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos.

C – A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no inicio e fim do período.

Os activos fixos intangíveis são depreciados de acordo com as taxas constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

D - Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

Não aplicável.

E – Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

Não aplicável.

6.2 Outras informações sobre os activos fixos intangíveis.

A – Activo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse activo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida. Descrição dos factores que desempenharam um papel significativo na sua determinação.

Não aplicável.

B – Descrição, quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja materialmente relevante para as demonstrações financeiras.

Não aplicável.

C – Para os activos intangíveis adquiridos com recurso a subsídios do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor, a quantia inicialmente reconhecida e a sua quantia escriturada actualmente.

Não aplicável.

D – A existência e as quantias escrituradas de activos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

E – A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de activos intangíveis.

Não aplicável.

6.3 Divulgação da quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

Não aplicável.

6.4 Activos intangíveis de carácter ambiental.

A – Descrição dos critérios de mensuração adoptados, bem como dos métodos utilizados no calculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

Não Aplicável.

B – Os incentivos públicos relacionados com a protecção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade. Especificação das condições associadas à concessão de cada incentivo ou uma síntese das condições, caso sejam semelhantes.

Não aplicável.

C – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental capitalizados durante o período de referencia na medida em que possa ser estimada com fiabilidade.

Não aplicável.

D – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas.

Não aplicável.

E – Caso sejam significativos, os dispêndios incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros, por exemplo em resultado de perdas ou danos causados por uma poluição ambiental passada.

Não aplicável.

7. Locações.

7.1 A quantia escriturada liquida à data do balanço, por categoria de activo.

Não aplicável.

7.2 Para locações financeiras e operacionais, divulgar uma descrição geral dos acordos de locação incluindo, pelo menos o seguinte:

A – A base pela qual é determinada a renda contingente a pagar.

O contrato de locação financeira tem subjacente uma taxa de juro variável, indexada a Euribor a três meses.

B – A existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento.

Não aplicável.

C – Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, divida adicional, e posterior locação.

Não aplicável.

7.3 Informação adicional sob locações operacionais.

A – Os futuros pagamentos mínimos da locação sob locações operacionais não canceláveis no agregado e para cada um dos períodos seguintes:

i) Não mais de um ano.

Não aplicável.

ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos.

Não aplicável.

iii) Mais de cinco anos.

Não aplicável.

B – O total das rendas contingentes reconhecidas como rendimento durante o período.

Não aplicável.

C – Uma descrição global dos acordos de locação do locador.

Não aplicável.

8. Custos de empréstimos obtidos.

8.1 A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	16 550,37	75 148,60	91 698,97
Locações Financeiras	22 712,66	85 310,23	108 022,89
Contas caucionadas	-	-	-
Contas Bancárias de *Factoring*	34 486,48	-	34 486,48
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	105 000,00	-	105 000,00
Outros Empréstimos	-	-	-
Total	178 749,51	160 458,83	339 208,34

Empréstimos Bancários

Descrição	2020		
	Capital	Juros	Total
Até um ano	178 749,51		178 749,51
De dois a cinco anos	147 816,00		147 816,00
Mais de cinco anos	12 642,83		12 642,83
Total	**339 208,34**	**-**	339 208,34

9. Inventários.

9.1 As politicas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários, incluindo a formula de custeio usada.

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda. As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

9.2 A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Não aplicavel.

9.3 A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender.

Não aplicável.

9.4 A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Não aplicavel.

9.5 A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.6 A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.7 As circunstancias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.8 A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Não aplicável.

10. Rédito.

10.1 As politicas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do redito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos líquidos de quaisquer impostos, abatimentos e descontos. No caso das prestações de serviços o rédito associado com a transacção foi reconhecido com referencia à fase de acabamento da transacção à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.

10.2 A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Volume de Negocios	Anos		Variação	
	2020	2019	Valor	%
Vendas	**3 226,01 €**	**7 572,78 €**	**- 4 346,77 €**	**-57,40%**
Prestação de Serviços	**405 562,61 €**	**402 440,04 €**	**3 122,57 €**	**0,78%**
Quotas e Jóias	22 052,67 €	30 400,50 €	- 8 347,83 €	-27,46%
Promoções para captação de recursos	950,00 €	12 977,34 €	- 12 027,34 €	-92,68%
Serviço Ambulancias	370 643,41 €	341 691,68 €	28 951,73 €	8,47%
Outros Serviços	11 916,53 €	17 370,52 €	- 5 453,99 €	-31,40%
Outros rendimentos e Ganhos	**138 237,38 €**	**131 974,25 €**	**6 263,13 €**	**4,75%**
Descontos PP	590,80 €	57,42 €	533,38 €	928,91%
Rendas	55 743,11 €	53 773,21 €	1 969,90 €	3,66%
Imputação Subsidios	52 610,50 €	54 132,48 €	- 1 521,98 €	-2,81%
Reembolso IRS	29 292,97 €	24 011,14 €	5 281,83 €	22,00%
Total	**547 026,00 €**	**541 987,07 €**	**5 038,93 €**	**0,93%**

11. Provisões, passivos e activos contingentes.

11.1 Desdobramento dos movimentos ocorridos por classe de provisão.

Não aplicável.

11.2 A quantia de qualquer reembolso esperado, declarando a quantia de qualquer activo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado.

Não aplicável.

11.3 Informações pormenorizadas sobre provisões de carácter ambiental.

Não aplicável.

11.4 Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.

Não aplicável.

11.5 Breve descrição da natureza do passivo contingente por classe de passivo.

Não aplicável.

11.6 Descrição da natureza dos activos contingentes, quando for provável um influxo de benefícios económicos à data do balanço.

Não aplicável.

12. Subsídios e apoios do Governo.

12.1 A politica contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

12.2 A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha directamente beneficiado.

Subsídios, doações e legados à exploração	Anos		Variação	
	2020	2019	Valor	%
Subsídios do Governo	**220 717,86 €**	**197 363,68 €**	**23 354,18 €**	**11,83%**
Camara Municipal Viseu	55 000,00 €	55 000,00 €	0,00 €	0,00%
Autoridade Nacional Proteccao Civil	131 117,86 €	107 763,68 €	23 354,18 €	21,67%
Combustiveis	10 510,14 €	4 858,65 €	5 651,49 €	116,32%
Financiamento	98 716,52 €	80 449,38 €	18 267,14 €	22,71%
DECIF (Disp Especial Comb Inc Florestais)	1 933,69 €	22 455,65 €	-20 521,96 €	-91,39%
Emergencia COVID	19 957,51 €		19 957,51 €	#DIV/0!
Instituto Emprego Formação Profissional			0,00 €	#DIV/0!
Instituto Nacional Emergencia Medica	34 600,00 €	34 600,00 €	0,00 €	0,00%
Doações e Heranças	**60 801,82 €**	**63 958,21 €**	**-3 156,39 €**	**-4,94%**
Donativos	55 541,82 €	51 603,21 €	3 938,61 €	7,63%
Injunções	5 260,00 €	12 355,00 €	-7 095,00 €	-57,43%
Outros				
Total	**281 519,68 €**	**261 321,89 €**	**20 197,79 €**	**6,90%**

12.3 Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

Não aplicável.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.

13.1 A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados.

Não aplicável.

14. Impostos sobre o rendimento.

14.1 Gasto por imposto corrente.

O Imposto corrente contabilizado, no montante de 0 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço.

14.2 Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores.

Não aplicável.

14.3 A natureza e quantia do gasto de imposto reconhecido directamente em capitais próprios.

Não aplicável.

15. Instrumentos financeiros.

15.1 Divulgação das bases de mensuração, bem como as politicas contabilísticas utilizadas na escrituração de instrumentos financeiros que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A – Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perda por imparidade:

Clientes, Fornecedores, Contas a receber, Contas a pagar, Empréstimos bancários e Activos financeiros sem cotação em mercado regulamentado.

B – Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Activos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

15.2 Cotação de mercado dos activos financeiros regulados em mercado oficial.

Não aplicável.

15.3 Na transferência de activos financeiros para outra entidade, numa transacção que não se qualifique para desreconhecimento a entidade deve divulgar a natureza dos activos, a natureza dos riscos e benefícios de detenção a que a entidade continue exposta.

Não aplicável.

15.4 Garantias, penhor, ou promessa de penhor de activos financeiros.

A – A quantia escriturada dos activos financeiros.

Não aplicável.

B – Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

15.5 Empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço em situação de imcumprimento.

Não aplicável.

15.6 Aumentos de capital realizados no período e respectivos custos de emissão.

Não aplicável.

16. Benefícios dos empregados.

16.1 Número médio de colaboradores durante o ano.

O número médio de empregados no exercício foi de 33.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Não aplicável.

18. Outras informações.

O Contabilista Certificado	A Direcção
Joaquim Telmo dos Santos Pereira	António Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente
	Lúcio Manuel Soeiro Marinho Campos – Vice Presidente
	Luís Agostinho Laginhas Vieira – Vice Presidente

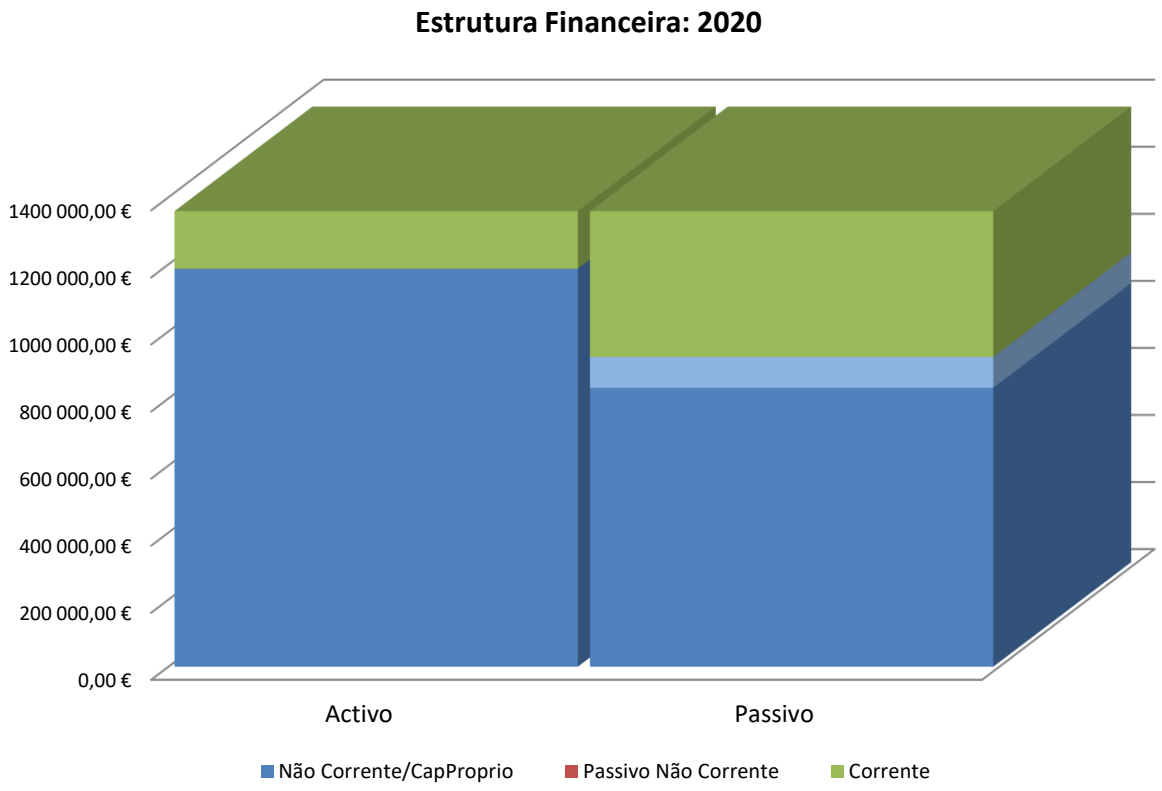
Indicadores de Gestão

ANALISE ESTRUTURA DE CAPITAIS E EQUILIBRIO FINANCEIRO

	Indicador	Formula	2020	2019
(1)	Rendibilidade Financeira	Res. Liquidos / Cap. Proprios	0,49%	0,81%
(2)	Return On Investiment (ROI)	Res. Liquidos / Activo Total	0,30%	0,54%
(3)	Rotação do Activo	Volume Negocios / Activo Liquido	0,30	0,31
(4)	Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Circulante	39,50%	49,74%
(5)	Prazo Medio de Recebimentos (PMR)	(Clientes/Vol Negocios)*365	101	90
(6)	Prazo Medio de Stockagem (PMS)	(Existencias/Custo Venda)*365	0	0
(7)	Prazo Medio de Pagamentos (PMP)	(Fornecedores/Compras)*365	189	128
(8)	Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)	PMR + PMS - PMP	-88	-38
(9)	Endividamento	Passivo Total / Activo Liquido	38,77%	32,41%
(10)	Solvabilidade	Capital Proprio / Passivo Total	157,90%	208,58%
(11)	Autonomia Financeira	Capital Proprio / Activo Liquido	61,23%	67,59%
(12)	Cobertura das Imobilizações	Capital Permanente / Imob. Liquido	0,78	0,88

ANALISE DO BALANÇO FUNCIONAL

	DESCRIÇÃO	2020	2019
(1)	Capital Próprio	831 897,63	880 438,24
(2)	Passivo não Corrente	91 698,97	149 727,21
(3)	**Capitais Permanentes (1+2)**	923 596,60	1 030 165,45
(4)	Activo não Corrente	1 186 868,80	1 167 068,46
(5)	**Fundo de Maneio (3-4)**	**-263 272,20**	**-136 903,01**
(6)	Inventarios	0,00	0,00
(7)	Clientes	113 505,39	101 302,47
(8)	Outros Devedores	41 653,10	15 718,30
(9)	Estado (A Receber)	0,00	0,00
(10)	**Necessidades Exploração (6+7+8+9)**	**155 158,49**	**117 020,77**
(11)	Fornecedores	163 096,32	113 585,01
(12)	Outros Credores	250 584,04	148 389,69
(13)	Estado (A Pagar)	21 465,04	10 411,49
(14)	**Recursos de Exploração (11+12+13)**	**435 145,40**	**272 386,19**
(15)	**NFM Nec.Fundo Maneio (10-14)**	**-279 986,91**	**-155 365,42**
(16)	**Tesouraria Exploração (5-15)**	**16 714,71**	**18 462,41**
(17)	NFM Necessidades Extra-Exploração	0,00	0,00
(18)	NFM Recursos Extra-Exploração	0,00	0,00
(19)	**Tesouraria Total (16-17+18)**	**16 714,71**	**18 462,41**
(20)	Tesouraria Activa	16 714,71	18 462,41
(21)	Tesouraria Passiva	0,00	0,00
(19)	**Tesouraria Liquida**	**16 714,71**	**18 462,41**


Estrutura Financeira: 2020
1400 000,00 €
1200 000,00 €
1000 000,00 €
800 000,00 €
600 000,00 €
400 000,00 €
200 000,00 €
0,00 €
Activo
Passivo
Não Corrente/CapProprio
Passivo Não Corrente
Corrente